

Case de Sucesso



Defensoria Pública da União implementa gestão da segurança e uso da criptografia para proteção das informações governamentais

MAIO/2016

Perfil

De acordo com a Constituição Federal, todo indivíduo, brasileiro ou estrangeiro, possui o direito fundamental de acesso à justiça, ainda que não tenha condições financeiras de pagar um advogado particular. Nesse caso, o Estado Brasileiro tem o dever de garantir assistência jurídica gratuita, por meio da Defensoria Pública.

Com sede em Brasília, a DPU tem na figura do Defensor Público-Geral Federal (DPGF) a sua autoridade máxima. Além de dirigir a instituição, o Defensor supervisiona, coordena as atividades e orienta a atuação da DPU; a representa judicialmente e extrajudicialmente e vela pelo cumprimento das finalidades institucionais. Outra atribuição é presidir, como membro nato, o Conselho Superior da Defensoria Pública da União (CSDPU). Para concorrer ao cargo de DPGF, é necessário ter estabilidade na carreira e idade superior a 35 anos.

Site: <http://www.dpu.gov.br/>

Situação

A justificativa apresentada para a aquisição da solução de criptografia baseou-se nos eventos ocorridos de “invasão” nas informações da Presidência da República, os quais sinalizaram para o uso de mecanismos de segurança mais eficazes. Além disso, focou-se na homologação da Portaria nº 23, de 15 de julho de 2014, do Conselho de Defesa Nacional, que trata de orientações específicas para o uso de recursos criptográficos em Segurança da Informação e Comunicações (SIC) nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta.

Solução

Foi desenvolvido um projeto com o objetivo de promover a segurança das informações armazenadas nos sistemas utilizados na Defensoria Pública da União (DPU) por meio do uso da criptografia. São documentos e movimentações processuais envolvendo informações pessoais de alta criticidade de cidadãos brasileiros, que confiam no tratamento responsável e sigiloso sob o zelo do Estado, representado pela DPU.

A criptografia foi adquirida para proporcionar o acesso à rede DPU e seus sistemas de forma mais segura e fácil e, principalmente, para atuação no programa DPU Itinerante, no qual dificuldades de conexão à internet, dependendo da localidade, representavam o maior desafio para a área de TIC. Para a prova de conceito, foram utilizados dois servidores Windows em plataforma VMware com as ferramentas do ViPNet instaladas, um desktop e um laptop conectado em rede wireless. Foram efetuados os testes em arquivo de texto entre computadores da rede com a solução ViPNet desativada, utilizando a ferramenta Wireshark para realizar a captura dos pacotes.

Para implementação foram envolvidos 10 funcionários, num período de quatro meses. De acordo com o Portal da Transparência do Governo Federal, a despesa para a execução deste projeto foi da ordem de R\$ 2.981.993,20 (dois milhões, novecentos e oitenta e um mil, novecentos e noventa e três reais e vinte centavos).

Benefícios

Os benefícios do uso da criptografia foi garantir a maior segurança das informações sensíveis que são utilizadas nos autos e sistemas da DPU, que, ao mesmo tempo, facilitaram ao usuário final o acesso remoto seguro aos dados e sistemas disponibilizados no órgão. Verificou-se que a solução ViPNet demonstrou viabilidade em realizar a proteção de informações trafegando em uma rede, ademais impediu que o tráfego fosse visualizado em qualquer camada, seja para obter informações sobre o protocolo e dados da rede, seja para obter o conteúdo da mensagem trafegada.

Os reflexos da utilização da criptografia se deram principalmente no que tange à segurança das informações do Órgão. Os investimentos em TIC se pautaram no objetivo principal de subsidiar o trabalho das diferentes áreas do Órgão, bem como de colaborar com os resultados finais da instituição no que diz respeito à prestação do serviço de assistência jurídica integral e gratuita.

Fala, CIO!

“Este projeto foi apresentado à autoridade máxima do órgão e ao Comitê Estratégico Permanente de Tecnologia da Informação. A justificativa apresentada para a aquisição da solução de criptografia baseou-se nos eventos ocorridos de “invasão” nas informações da Presidência da República. Os benefícios do uso da criptografia foram garantir a maior segurança das informações sensíveis e um acesso remoto seguro. Após os testes executados, verificou-se que a solução ViPNet demonstrou viabilidade em realizar a proteção de informações trafegando em uma rede, ademais impediu que o tráfego fosse visualizado em qualquer camada, seja para obter informações sobre o protocolo e dados da rede, seja para obter o conteúdo da mensagem trafegada.”



Paulo Roberto Lobão de Lima,
Secretario de TI